

Saúde mental comunitária em território tradicional pesqueiro

 Antonio Vladimir Félix-Silva ¹

¹ Universidade Federal do Delta do Parnaíba - UFDPAr. Programa de Pós-Graduação em Psicologia – PPGPsi. Av. São Sebastião, 2819 - Nossa Sra. de Fátima. Parnaíba - PI. Brasil.

Autor para correspondência/Author for correspondence: wladylafelix@hotmail.com

RESUMO. Nos contextos transtornados pelo colonialismo capitalístico, o reconhecimento jurídico-político dos povos originários e tradicionais pesqueiros como sujeitos de direito não lhes garante pleno acesso aos serviços de saúde mental de base territorial. Mapear processos de subjetivação e enunciação de cuidados à saúde mental de base tradicional comunitária é o principal objetivo desta cartografia. O uso deste método e modo de fazer pesquisa-intervenção e a composição de oficinas cartográficas de saúde mental comunitária mostram como as marisqueiras e pescadoras artesanais traçam linhas de cuidados e de mapas que compõem as cartografias do corpo-território-das-águas. A discussão sobre a determinação socioambiental da saúde mental envolve as ecologias ambiental, social, subjetiva e espiritual e a problematização do terricídio como parte da rede de elementos que compõem o colonialismo capitalístico como um dispositivo. As implicações psicossociais giram em torno das afecções do corpo: luto, angústia, assédio, raiva, medo, ansiedade e depressão. As implicações coexistem com marcadores de ancestralidade: arte afropindorâmica, amizade e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários; cuidado de si, cuidado de parentes e comunitários, de sistemas costeiro marinho e encantados das águas e das matas.

Palavras-chave: cartografias, saúde mental, ancestralidade, marisqueiras, pescadoras artesanais.

RBEC	Tocantinópolis/Brasil	v. 11	e20619	UFNT	2026	ISSN: 2525-4863
------	-----------------------	-------	--------	------	------	-----------------



Este conteúdo utiliza a Licença Creative Commons Attribution 4.0 International License
Open Access. This content is licensed under a Creative Commons attribution-type BY

Community-Based Mental Health in Traditional Fishing Territories

ABSTRACT. In contexts disrupted by capitalist colonialism, the legal and political recognition of Indigenous and traditional fishing communities as rights-bearing subjects does not ensure full access to community-based mental health services. This cartographic study aims to map the processes of subjectivation and enunciation of community-based traditional mental health care. The use of this research-intervention approach, together with community mental health cartographic workshops, shows how shellfish gatherers and artisanal fisherwomen trace lines of care and produce maps that form the cartographies of the body–territory–waters. The discussion of the socio-environmental determination of mental health encompasses environmental, social, subjective, and spiritual ecologies, as well as a critical examination of terricide as part of the network of elements that constitute capitalist colonialism as a Device. Psychosocial implications manifest as bodily afflictions, including grief, anguish, harassment, anger, fear, anxiety, and depression. These implications coexist with markers of ancestry, such as Afro-Indigenous artistic practices, friendship, and the strengthening of family and community ties; self-care, care for relatives and community members, and care for coastal and marine ecosystems, as well as for the enchanted beings of the waters and forests.

Keywords: cartographies, mental health, ancestry, shellfish gatherers; artisanal fisherwomen.

Salud mental comunitaria en territorio tradicional pesquero

RESUMEN. En contextos trastornados por el colonialismo capitalístico, el reconocimiento legal y político de las comunidades indígenas y pesqueras tradicionales como sujetos de derecho no les garantiza el pleno acceso a los servicios de salud mental comunitarios. Este estudio cartográfico tiene como objetivo mapear los procesos de subjetivación y enunciación de la atención tradicional de salud mental basada en la comunidad. El uso de este enfoque, junto con talleres comunitarios de salud mental, muestra cómo las recolectoras de mariscos y las pescadoras artesanales trazan líneas de atención y producen mapas que conforman las cartografías del cuerpo-territorio-aguas. El debate sobre los determinantes socioambientales de la salud mental abarca ecologías ambientales, sociales, subjetivas y espirituales, y la problematización del terricidio como parte de la red de elementos que conforman el dispositivo: colonialismo capitalístico. Las implicaciones psicosociales giran en torno a las afectaciones: duelo, angustia, acoso, enojo, miedo, ansiedad y depresión. Estas coexisten con marcadores de ascendencia: el arte afrobrasileño, la amistad y el fortalecimiento de los lazos familiares y comunitarios; el autocuidado, el cuidado de los parientes y los miembros de la comunidad, y el cuidado de los ecosistemas costeros y marinos y de los seres encantados de las aguas y los bosques.

Palabras clave: cartografía, salud mental, ancestros, recolectoras de mariscos, pescadoras artesanales.

Introdução

Coração doente

Quando o coração não tem
Nenhum sinal de doença
O corpo se sente bem
Tem vigô e tem resistência,
Se o coração tem prazer
Alegra o resto do sê
Pois é ele o condutô,
Veve sempre satisfeito
Quem pissui dentro do peito
Um coração sonhadô.

É ele um orgo incelente,
É por onde o sangue reve
Se o corpo sente, ele sente,
Sem coração ninguém veve,
Sempre a pursá sem demora,
Se a gente chora, ele chora
O que chega em nossa mente
Logo o coração precebe
Pois é ele quem recebe
O que vai do conciente.

Quando se encontra o sugeito
Por uma afrição passando
Tá também dentro do peito
O coração chucaiando,
Se o sugeito fica triste,
Na tristeza ele pressiste,
Se o sugeito tá risonho,
Logo ele muda de jeito
Batendo dentro do peito
Cheio de esperança e sonho.

Era precioso e caro
Este grande coração,
Mas porém lhe abandonaro
Os dotô cirurgião,
Microbe de toda sorte
Foi nele fazendo corte
E o pobre se consumindo
Já sem força, quase inzangue,
Os verme chupando o sangue
E os membro diminuindo.

Conheci um coração
Igualmente o de criança
Todo cheio de inluzão.
De paz, de amô e de esperança,
Tinha a pancada suave
Como o relajo agradave
Que não atrasa o pontêro,
Sempre a parpitá seguro
Prometendo um bom futuro
Ao resto do corpo intêro.

Inquanto alegre se rindo
Dentro do peito batia,
Cada membro ia sentindo
Aquele mesma alegria,
Tudo bem continuava
Por ele nunca passava
Uma sombra de tristeza,
Tudo era paz e bonança
Recebendo a substância
Da divina Natureza.

Este coração sadio
Começou a adoecê,
Mas os dotô, o seus fio,
Não quisero defendê
E os microbe das doença
Entraro com insistência
Numa investida danada
E o coitado assim doente,
Foi discompassadamente
Diminuindo a pancada.

Com o medonho fracção
Tudo ficou deferente;
Na referência que eu faço
Esse coração doente
Que eu mencionei aqui,
É tu, querido Brasi,
Pois teus fio te abandona,
Pra ti já não há mais jeito,
Agoniza no teu peito
Teu coração a Amazona.

Patativa do Assaré/Antônio Gonçalves da
Silva (1988, p. 44-46).

Coração doente, de autoria de Patativa do Assaré, mostra como o território dos povos originários e tradicionais e o coração deste território foram adoecidos e continuam adoecendo. O adoecimento, inicialmente, começou com a colonização e a escravização (séculos XVI ao XIX) e, posteriormente, seguiu com a pós-colonização (1822) e os processos de abolição precária (1888). A continuidade desses processos de adoecimento, deu-se, também, com a ordem dos regimes ditatoriais (1937-1945 e 1964-1985), seguiu com a volta do regime democrático (1985), e continua mesmo depois que a Constituição de 1988 (Brasil, 2020) passou a reconhecer, finalmente, os povos originários e tradicionais como sujeitos de direito.

A institucionalização do Sistema Único de Saúde – SUS (Lei 8080/1990), na década de 1990, a reforma psiquiátrica e a implementação dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), dentre outros equipamentos, a partir da Lei 10.216/2001, bem como as políticas de equidade instituídas nas primeiras gestões dos governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e da presidenta Dilma Rousseff (2011-2014), contribuíram e contribuem para mitigar a vulnerabilidade social, no âmbito jurídico-político. Não obstante, tais políticas limitam-se a aspectos reformistas já que a estrutura socioeconômica do país permanece a mesma e o crescente subfinanciamento da Rede de Atenção Psicossocial (Raps) prejudica as ações dos CAPS e de outros serviços, enquanto há ampliação dos recursos destinados às Comunidades Terapêuticas, apesar de suas práticas manicomiais (Yasui, 2026).

O Estado-nação segue operando necrobiopolíticas (Bento, 2018), considerando que as políticas de gestão da saúde e, portanto, da vida, não alcançam todos os corpos, dadas a precarização do SUS e a distribuição desigual de seus recursos (Ortega, 2020). Além dos processos inacabados de territorialização da Atenção Básica à Saúde do SUS (Faria, 2019), há os impasses e retrocessos da reforma psiquiátrica, desafios do Movimento da Luta Antimanicomial, que, desde o final da década de 1970 e início dos anos 1980, constitui-se como “um movimento de resistência a ... lógica de exclusão e invisibilização” (Yasui, 2026, p. 49), enquanto a Lei reconhece a pessoa com sofrimento mental “como sujeito de direitos e cidadão pleno, capaz de participar ativamente de seu processo de cuidado e de sua vida social” (Yasui, 2026, p. 50). Essas políticas coexistem com os projetos de empreendimento e desenvolvimento econômico predatórios que subtraem a vida dos povos originários e tradicionais pesqueiros.

Colonialismo capitalístico como dispositivo

O regime colonial, a partir do qual e por meio do qual, o capitalismo se estruturou no território Pindoramaⁱ, deixou como herança o colonialismo das ecologias ambiental, social e

subjativa. Para a esquizoanálise, tal micropolítica opera processos de semiotização e produção de subjetividade cujo dispositivo Félix Guattari (2012a) nomeou colonialismo capitalístico.

O termo dispositivo em Michel Foucault (1979) “engloba discursos [ditos e não-ditos], instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas” (p. 244). Para Gilles Deleuze (2016), o conceito foucaultiano nos remete à rede de elementos que compõem um dispositivo e às relações de poder que esses elementos engendram para fazer ver (regime de visibilidade) e para fazer falar (regimes de enunciado/dizibilidade).

Cada dispositivo comporta um emaranhado de linhas de forças, de subjetivação e enunciação, cujo desemaranhado mostra “... uma multiplicidade, na qual operam certos processos em devir ... [ou seja,] ... produções de subjetividade escapam dos poderes e dos saberes de um dispositivo, para se reinvestirem nos de um outro, sob outras formas a nascer” (Deleuze, 2016, p. 363).

A esquizoanálise concebe o “inconsciente como o âmbito da produção dos territórios de existência” (Guattari & Rolnik, 2010, p. 16) e considera os enunciados-analisadores relacionados com os processos de semiotização e produção da subjetividade colonial-capitalística matérias de expressão de uma cultura, também, capitalística de sujeição econômica do desejo, uma cultura mercadoria que se ocupa da sujeição social. Nessa perspectiva, as cartografias do inconsciente e o acompanhamento dos processos de subjetivação não separam os universos semióticos, relacionados com a micropolítica do desejo, da macropolítica do modo de produção, relacionada com a sujeição econômica pelo capital (Guattari & Rolnik, 2010).

A síndrome do colonialismo capitalístico (Guattari, 2012a), ainda hoje, produz adoecimentos e tem como um dos sintomas a colonialidade dos corpos a partir do sistema moderno-colonial de gênero que destituiu as relações de poder que as mulheres indígenas e da diáspora africana, de certa forma, estabeleciam nas sociedades africana e pré-colombiana (Lugones, 2020; Segato, 2021).

Pensando com os versos de Patativa do Assaré, podemos dizer que os sintomas de tal síndrome começaram a ser produzidos por micróbios e vermes que adentraram às terras dos povos originários e tradicionais, com invasão e investidas genocida, etnocida, ecocida e epistemicida. Tal empreendimento incluiu o sequestro de mais de 23 milhões de pessoas de diversas nações e povos originários do continente africano com o tráfico de mais de 12 milhões; dos quais, a maioria dos sobreviventes foi despachada como mercadoria no continente

americano sendo, aproximadamente, 5 milhões nos portos do território que um dia viria se chamar República Federativa do Brasil (Schwarcz & Starling, 2015; Gomes, 2019).

A deportação forçada expôs África e a diáspora africana a novas doenças. Assim, o colonialismo capitalístico expôs, também, os povos originários e tradicionais das “Américas” à tuberculose, à pneumonia, à sífilis e à hanseníase que foram introduzidas no território pelos colonizadores europeus (Sarr, 2019).

A imagem de micróbios, nos versos de *Coração doente*, nos remete a colonizadores que se autodeclaravam civilizados, mas sua “cultura sempre etnocêntrica e intelectocêntrica (ou logocêntrica)” (Guattari, 2010, p. 31) ignorava, e ainda ignora, as determinações ontológicas do ser. As metrópoles europeias e seus colonos negavam o estatuto de humanidade a quem eles, confusamente, nomeavam de “índio” e de “negro”, reduzindo-os a categorias ônticas (raça, cor, cultura, religião e etnia); ao mesmo tempo, podiam lhes batizar e colocar nomes de origem europeia e impor-lhes crenças de uma religião monoteísta cuja divindade não tem vínculo com os elementos da natureza, tampouco com a ancestralidade (Carneiro, 2023; Nêgo Bispo/Santos, 2023).

Na contemporaneidade, homens, infectados com os vírus das instituições da violência e do racismo socioambiental, atuam como agentes de reprodução do colonialismo. A agência colonial-capitalística e os agenciamentos segmentados a essa produção de subjetividade operam com uma lógica da cultura mercadoria. Tal lógica, no âmbito macro e micropolítico, sustenta um desejo hediondo de continuar sugando riquezas extrativistas do território dos povos originários e tradicionais, violando nativas e explorando nativos, tais quais as violações do território-corpo e do corpo-território que são apresentadas pela antropóloga Talita Bedinelli (2022), em um texto, cujo título é uma provação feita por uma indígena: “*Por que os garimpeiros comem as vaginas das mulheres Yanomami?*”.

As possíveis respostas não dariam conta das ressonâncias que a pergunta faz ecoar entre passado, presente e, também, futuro.

Arlete Schubert, Aline N. Kayapo e Claudete Ulrich (2021) afirmam que “a devastação dos territórios e o racismo ambiental estão intimamente interligados. A experiência dessa relação nos corpos-territórios-devastados-interditados da indígena mulher” (p. 71) nos faz ver e falar, também, das violências psicológicas as quais as mulheres sobreviventes dos povos originários e tradicionais pesqueiros são submetidas. Os modos de existência das marisqueiras e pescadoras artesanais coexistem com a biodiversidade de ecossistemas que compõem o Sistema Costeiro Marinho e outros biomas, e resistem com as parentes (companheiras indígenas

mulheres e outras marisqueiras pescadoras) e insistem com os parentes (pescadores artesanais). Sem dúvida, essas mulheres têm o corpo-território-das-águas marcado pelo sofrimento e pela dor que afetam à saúde mental “em contextos transtornados pelo colonialismo [capitalístico]” (Schubert, Kayapo & Ulrich, 2021, p. 71).

O colonialismo capitalístico se atualiza e “os processos de atualização da violência colonial”, como declara Geni D. Núñez Longhini (2021, p. 66) também se atualizam. Dada essa situação-problema, podemos nos perguntar: como o colonialismo capitalístico afeta a determinação socioambiental da saúde mental das mulheres marisqueiras e pescadoras artesanais? Como as mulheres sobrevivem aos transtornos coloniais-capitalísticos e às violações do corpo-território-das-águas?

Neste relato de pesquisa, cujo objetivo é mapear processos de subjetivação e enunciação de cuidados à saúde mental de base tradicional comunitária, os versos de *Coração doente*, apresentados no início desta introdução, compõem uma poética da coexistência do território-corpo e do corpo-território: o que pode o território de existência pode o corpo, o que o território sofre o corpo-território-das-águas sente.

Cartografias do corpo-território-das-águas

Corpo-território-das-águas é uma concepção epistemológica que busca expressar como as mulheres marisqueiras e pescadoras artesanais produzem seu modo de existência profundamente conectadas com a Terra e com as águas.

Trata-se de uma aposta política que surge dos corpos indignados e violados pelo sistema capitalista, racista e heteropatriarcal, que emerge da experiência, de ser e estar nas comunidades e das resistências e sabedoria dos ancestrais, a partir de uma percepção crítica sobre as formas históricas de opressão ao território-corpo-terra-águas (Paim, Furtado & Jahnel, 2024, p. 17).

Eliete Paraguassu (Novaes, 2016), marisqueira e pescadora artesanal de Ilha de Maré (Bahia), relaciona o corpo da marisqueira com o movimento das marés. Ela diz que há dias que as mulheres mariscam cantando, sentindo-se alegres e felizes, com o coração tranquilo como a maré mansa. Mas, há dias que a mulher está sofrendo, chateada, revoltada como a maré brava, indignada com as ameaças à vida em todas as suas formas; ameaças relacionadas com os empreendimentos econômicos predatórios que produzem diversos transtornos e afetam à saúde mental das mulheres.

Cleomar Ribeiro da Rocha (2024), marisqueira e pescadora artesanal do quilombo do Cumbe, em Aracati-CE, conta que ela e as outras mulheres sentem os mesmos sintomas do

território. As marisqueiras e pescadoras artesanais sofrem quando o território sofre porque suas vivências guardam a memória das águas que compõe a ancestralidade, pois elas são corpo-território-das-águas.

As mulheres somatizam no corpo e seus enunciados expressam implicações psicossociais relacionadas com os impactos ambientais e os conflitos socioambientais relacionados com o agronegócio e o hidronegócio: exploração de minérios e de petróleo, devastação dos biomas para plantação de soja, instalação de parques eólicos e de energia solar, carcinicultura e privatização do território comum em nome dos empreendimentos imobiliários.

No relatório *Conflitos socioambientais e violações de direitos humanos em comunidades tradicionais pesqueiras no Brasil: 2024*, publicado em 2025, foram inseridas informações atualizadas de 48 comunidades tradicionais pesqueiras cujos dados, em percentuais desses territórios, mostram a materialidade do ecocídio: em 14,3% deles, há desaparecimento de ilhas; em 75,5%, desmatamento e destruição de habitats; em 32,7% mortandade de manguezais; em 38,8% mortandade de peixes. Esses impactos na ecologia ambiental ampliam as implicações psicossociais, afetando as ecologias social e subjetiva, indicando problemas de saúde mental em 53,1% desses territórios, 46,9% com agravamento do racismo ambiental da discriminação étnico-racial; 44,9% com problemas de dependência de álcool e 46,9% de outras drogas; 46,9% com casos de discriminação de gênero; 22,4% com situações de exploração sexual; e 14,3% com registros de violência doméstica e familiar (Melo, 2025, p. 38-45).

As imagens contidas nos versos da poesia de Patativa do Assaré e as concepções da esquizoanálise, anunciadas anteriormente, e as concepções das epistemologias da ancestralidade contribuem para ampliar a discussão em torno da rede de elementos que compõem o colonialismo capitalístico como um dispositivo e para refletir acerca de como a articulação desses elementos afeta à saúde mental das mulheres das águas.

A produção de subjetividade colonial-capitalística insiste na conversão e na redução da diversidade e multiplicidade de povos originários e tradicionais a um povo da mercadoria (Kopenawa & Albert, 2019) “com a imposição dos padrões de uma racionalidade e de um modelo de civilização de desenvolvimento que pretendeu transformá-los, de uma coletividade diversa em uma universalidade homogênea e subalternizada, norteadas por concepções colonizadoras” (Schubert, Kayapo & Ulrich, 2021, p. 68-69).

Patativa do Assaré nos permite reconhecer alguns elementos desses processos de semiotização. Em *Coração doente*, o poeta faz referência não só ao Brasil, mas também, ao

bioma Amazônia, coração de Abya Yala, vasta pele corpo-território que habita os povos originários e tradicionais.

O coração de Abya Yalaⁱⁱ (Nyn, 2021) está localizado, majoritariamente, em um território que, durante as primeiras décadas da colonização, foi reduzido à Terra da Santa Cruz ou à Terra do Pau Brasil (início do século XVI). A semiótica das imagens contidas nestes dois enunciados é expressão de analisadores de produção de subjetividade colonial-capitalística (Guattari, 2012a; Rolnik, 2018).

Terra da Santa Cruz simboliza a primeira imagem do território e o uso de uma linguagem imposta que, ainda hoje, trata de esconder o epistemicídio e o etnocídio, ou seja, o apagamento das línguas, dos nomes, da ciência da vida e das cosmogonias e cosmopercepções dos povos originários e tradicionais. Os ditos e os não ditos desse enunciado giram em torno da institucionalização religiosa e da produção de uma subjetividade crística (catequização e evangelização) (Glissant, 2021).

Tal religião hegemônica faz parte da rede de elementos dos dispositivos-analisadores da sujeição cultural, sujeição da economia de produção social do desejo colonial e pós-colonial. A análise dos processos de subjetivação relacionados com essa produção de subjetividade pode expressar tanto a fé, a paz, o amor e a esperança (como nos versos da quarta estrofe do poema e nos enunciados das mulheres participantes deste relato de pesquisa) como um fundamentalismo das instituições da Religião que, ainda hoje, sustenta práticas de racismo religioso em nome da suposta evangelização, da moral e dos bons costumes do familismo capitalístico.

Terra do Pau Brasil soa como uma homenagem ao território. No entanto, trata-se de uma redução do campo, da floresta e das águas à imagem do “Pau Brasil”. Tal processo de semiotização produz silenciamento e simboliza a sujeição econômica, sujeição material imposta por meio do extrativismo predatório de todas as riquezas animais, minerais e vegetais; em outras palavras, violações do território-corpo, ecocídio e terricídio.

Moira Millán, weychefe (guerreira espiritual) e ativista defensora do povo mapuche (como ela se apresenta), inventou um conceito para sintetizar e identificar as diferentes formas como o colonialismo capitalístico mata. Então, forjou o conceito de terricídio para referir-se à contínua agressão à ordem cósmica, aos ataques, à eliminação ou à destruição da vida em todas as suas formas. A autora descreve a genealogia do conceito, afirmado que ele está relacionado com uma retomada da filosofia ancestral que tem uma visão tridimensional do cosmos e uma

cosmopercepção da “vida e dos seres que se entrelaçam, constituindo uma ordem cósmica. Todas as vidas e suas formas fazem parte dessa ordem” (Millán, 2025, p. 157).

Metodologia

As cartografias realizadas com as marisqueiras e pescadoras artesanais mostram um *continuum* do colonialismo capitalístico que se sustenta por meio das violações e violências que afetam as ecologias ambiental, social e subjetiva (Guattari, 2012b) e a ecologia da ancestralidade (Félix-Silva, et al., 2024). Nessa perspectiva cósmico-ecosófica (Guattari, 2012a; 2012b; Millán, 2025), a análise dos processos de subjetivação mostra que, na contemporaneidade, segue em jogo a vida e a morte do território-corpo e do corpo-território-das-águas.

O terricídio afeta as quatro ecologias, ou seja, afeta a vida e a morte de humanos, não-humanos e, também a dimensão da vida encantada dos mais-que-humanos. A biodiversidade dos seres que compõem os ecossistemas terrestres e marinhos é afetada. São afetadas todas as vidas e suas formas que fazem parte da ordem cósmica, as formas dos encantados e encantadas das águas e das matas. Quando desaparece um rio, quando cercam uma lagoa ou quando privatizam uma área comum, é a memória das águas, do território-corpo e do corpo-território que compõe a ancestralidade que é afetada.

Este relato de pesquisa faz parte das cartografias que realizamos com marisqueiras e pescadoras artesanais e de um projeto de pesquisa, aprovado pelo comitê de ética, vinculado a uma linha de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal [Informação omitida para assegurar avaliação pelos pares]. A participação das mulheres se ampliou, principalmente, no período da pandemia causada pela chegada do vírus da Síndrome Respiratória Aguda Grave de Covid (*SARS-CoV-2*) ao Brasil, em março de 2020. Entre junho de 2020 e setembro de 2021, realizamos, na modalidade remota, 17 Tendas do Escuta, em parceria com pesquisadoras vinculadas a programas de pós-graduação da Universidade Federal da Bahia e da Universidade Federal do Pará.

Não irei relatar demandas e intervenções que realizamos, na modalidade remota, durante esse período, no qual foi possível mapear uma rede de elementos relacionados com a determinação socioambiental da saúde mental (Félix-Silva, et al., 2025). Irei priorizar situações-problemas de saúde mental cujas demandas emergiram pós-pandemia de Covid-19, quando voltamos à participação presencial em reuniões, audiências, incidências políticas e encontros relacionados com a composição do campo de pesquisa.

São as marisqueiras e pescadoras artesanais que traçam as linhas dos mapas que compõem as cartografias do corpo-território-das-águas. Portanto, nos contextos da pesca artesanal, a cartografia como modo de fazer pesquisa-intervenção não é só um método (Kastrup & Passos, 2014), é também um modo de compor essas cartografias do corpo-território-das-águas e de acompanhar processos de subjetivação e enunciação das marisqueiras e pescadoras artesanais. Para análise desses processos que emergem dos enunciados, reconhecemos dispositivos-analisadores e elegemos ferramentas da esquizoanálise e das epistemologias da ancestralidade, principalmente, quando o campo de análise pede conceitos das filosofias da retomada que não foram inventados por Gilles Deleuze e Félix Guattari.

As demandas de saúde mental, oriundas desse mapeamento, compõem uma síntese de quatro oficinas. Três delas em comunidades tradicionais pesqueiras da Área de Proteção Ambiental Delta do Parnaíba (APA Delta): Labino (Ilha Grande do Piauí, 12/03/2022), com participação de 12 mulheres; Pedra do Sal (Parnaíba-PI, 21/07/2022) com participação de 13 mulheres; Povoado Canárias (Araioses-MA, 17/09/2022) que faz parte da Ilha das Canárias (Caiçara, Torto, Passarinho, Morro do Meio e Canárias), com a participação de 15 mulheres (contando com duas crianças e uma adolescente).

Figura 1: mapa de localização de comunidades pesqueiras.



Fonte: <https://www.flickr.com/photos/lucasbra/3764834921/in/photostream/>

A quarta oficina foi realizada no bairro Catanduvás (Parnaíba-PI, 05/03/2026) com participação de 20 pessoas, dentre elas, 03 marisqueiras da Vila dos Morenos, mães de crianças e adolescentes que são do grupo de Capoeira Cordão de Ouro.

Há 10 anos, todo semestre, acompanho um grupo de estudantes de um curso de graduação em visitas relacionadas com a territorialização na atenção básica. Uma das visitas inclui conversas com usuárias da Unidade Básica de Saúde (UBS) que moram na Vila dos Morenos. Trata-se de uma comunidade tradicional, basicamente, constituída de pescadores, marisqueiras e pescadoras artesanais a partir de duas famílias oriundas do Ceará. Outra visita inclui um encontro com o grupo de capoeira do bairro Catanduvás, coordenado pela Mestra Onça.

Atenção psicossocial à saúde mental de base tradicional comunitária

Nos contextos das comunidades tradicionais pesqueiras cartografadas, coexistem, com as implicações psicossociais mapeadas, marcadores de ancestralidade que, também, compõem a determinação socioambiental da saúde mental de base tradicional comunitária.

Para as mulheres dessas comunidades, as implicações psicossociais giram em torno das afecções do corpo-território-das-águas: luto, angústia, desamparo, raiva, medo, ansiedade e depressão, além das doenças ocupacionais e dos adoecimentos decorrentes das preocupações com a vida e dos processos de trabalho: lesões por esforço repetitivo, esporadas de arraia, picada de cobra, diabetes, hipertensão, micose na pele, infecções vaginais, cistos.

A implicação psicossocial mais comum às comunidades cartografadas, sem dúvida, é o luto relacionado a perdas por morte de parentes e comunitários. Sobre essa questão, uma das mulheres, participante da oficina realizada na Pedra do Sal, conta que entrou em depressão após a perda de uma amiga, recorreu à medicação e à acompanhamento psicológico com a psicóloga da equipe multiprofissional que vai à UBS uma vez por semana. Na Atenção Primária à Saúde (APS) em Parnaíba, as eMulti (Equipes Multiprofissionais) são constituídas de educador físico, nutricionista, assistente social e psicóloga(o); trata-se de um modelo instituído nacionalmente pelo Ministério da Saúde em maio de 2023, e adotado pelo município depois que foi desativado o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), deixando uma lacuna que afeta a Raps.

Na UBS da Ilha Canárias não há serviços de psicologia. Assim, como possível saída dos transtornos mentais comuns, uma minoria das mulheres recorre à psiquiatria e ao uso de psicotrópicos, como duas professoras de um dos cinco povoados. Elas tiveram depressão e fazem tratamento psiquiátrico e acompanhamento psicológico. Uma delas retornou de outro estado em busca da cura, após um diagnóstico de transtorno ansioso depressivo bipolar. Ela diz: “Na Ilha, recuperei a sanidade mental”. À diferença das professoras, as marisqueiras e pescadoras artesanais da Ilha Canárias, quando têm sua saúde mental afetada, em geral, não

navegam entre 2h e 3h pela rota náutica de 30 a 40 km até o centro de Araioses (MA), onde está localizado um CAPS I.

Para conviver com o luto, a maioria das marisqueiras e pescadoras artesanais das comunidades cartografadas busca o fortalecimento dos vínculos familiares; o restabelecimento da amizade, principalmente quando houve afastamento para dedicar-se a cuidar de um ente querido; em geral, após a perda desse ente, elas buscam a retomada do cuidado de si, do cuidado de outros humanos (parentes e comunitários) e não humanos: Gamboa, mangue, rio, plantas, roça e animais domésticos e de criação.

Marcadores de ancestralidade

Na Pedra do Sal, as mulheres temem a ampliação do parque eólico, e se sentem angustiadas com o atraso da chamada regularização fundiária, além de desamparadas quando há alagamento de casas, em períodos de chuva; fenômeno que tem se intensificado após início da urbanização da praia e construção de muros em torno das áreas.

No Labino, o sofrimento psicológico das mulheres também se expressa por meio do medo e da ansiedade relacionados com as queimadas que ocorrem em determinados períodos do ano, chegando ao entorno das casas e ameaçando à vida da comunidade. Nos últimos anos, chama a atenção das marisqueiras e pescadoras artesanais não só as cercas nas águas (lagos e lagoas), mas também o cercamento de áreas, logo após cada queimada.

São elementos do dispositivo colonialismo capitalístico e matérias de expressão dos processos de subjetivação segmentados à lógica colonial-capitalística que afetam à saúde mental socioambiental: as queimadas que, às vezes, têm a grilagem de terras por trás; as cercas visíveis e os muros da especulação imobiliária; bem como as cercas invisíveis aterradas que conectam os aerogeradores da eólica e deixam estragos nas dunas fixas aterrando lagoas, e ampliando as condições de alagamento das casas em períodos de chuva e a precarização da vida.

A demanda, na Pedra do Sal e no Labino, tinha a ver com o luto; este não estava relacionado com perdas pela Covid-19, mas a outras causas de morte. Mapeamos situações nas quais o luto coletivo relacionado com perdas de pessoas mais velhas, guardiãs das águas e memórias vivas do território e da comunidade, é expressão dos processos de subjetivação e enunciação das marisqueiras e pescadoras artesanais.

Na Pedra do Sal, onde estavam presentes mãe e filha; a mãe havia perdido a mãe e, como é óbvio, a filha havia perdido a avó. A mãe relatou que estava vivenciando o luto. As

mulheres, que já haviam passado pela experiência de perda, narraram como conviveram ou ainda convivem com o luto. As narrativas que se destacaram foram aquelas nas quais elas relataram sobre amizade e convivência: estar juntas mariscando e conversando ou visitando umas às outras; cuidado, convivência e coexistência: aguar e conversar com as plantas; ir à praia conversar com o mar; ir ao porto conversar com o rio; ir pegar caju, cajá ou murici e conversar com a mata.

A conversa com os encantados e encantadas das matas e das águas compõe elementos ontoepistemológicos das filosofias da retomada afropindorâmica ⁱⁱⁱ, marcadores de ancestralidade, como podemos reconhecer nas epistemologias e cartografias de Ailton krenak (2022), Emerson Pontes (2021) e Célia Xakriabá (2023) quando falam na perspectiva de um devir território-memória, corpo-território-rio, corpo-território-mar, corpo-território-montanha, corpo-território-floresta, corpo-território-das-águas.

Para Gilles Deleuze e Félix Guattari (2012) “desterritorializamo-nos num devir” (p. 93), mas não podemos confundir o movimento de devir outro (animal, mineral, vegetal, virtual) com identificação, pois devir implica também um processo micropolítico ativo de reterritorialização por meio de um movimento ético, estético e político de ser outro/outra coisa sem deixar de torna-se quem se é (Deleuze & Guattari, 2012). Neste estudo, esse movimento cuidante, criativo e crítico de devir inclui um processo de pertencimento e reconhecimento de como os elementos que envolvem a memória afetiva e a experiência de coexistência com os ecossistemas compõem os saberes do corpo, a produção de subjetividade e o território de existência dos povos do campo, da floresta e das águas.

A espiritualidade e o fortalecimento dos laços de amizade não só neste estudo, mas também entre marisqueiras e pescadoras artesanais de Icapuí - CE são apontados, em uma pesquisa realizada por Amanda Cavalcante Maia (2024), como estratégias de enfrentamento diante das situações de ansiedade e depressão. Trata-se de implicações psicossociais decorrentes da mudança de rotina na vida cotidiana, impactada pela instalação de usinas eólicas nesse território tradicional pesqueiro (Maia, 2024).

Nesta cartografia, ressalto que a fé (em Deus) não emerge como saída da dor ou do luto, mas como símbolo de uma força comum às mulheres. No Labino, elas iniciaram sua narrativa afirmando que sua força está em Deus e, também, na família. Sem dúvida, uma narrativa puxa outra, então, se no relato da primeira mulher que fala foi nomeado Deus é possível que as outras também o façam.

Maria^{iv} E. conta: “depois que eu perdi minha mãe, minha força está em minhas filhas e nos outros filhos”.

Maria R. narra:

Minha força está em Deus e na minha ancestralidade. Tem dia que eu me acordo e me pergunto por onde eu começo. Quando eu vou me deitar, eu me pergunto se eu consegui fazer tudo que tinha para fazer. Às vezes, para recarregar minhas forças eu vou à casa de minha mãe, que é uma mulher muito forte.

Afrocentricidade

Os elementos marcadores de ancestralidade também emergem como expressão dos processos de subjetivação nos enunciados das marisqueiras e pescadoras artesanais da Vila dos Morenos.

A oficina realizada em Catanduvás foi planejada a partir de uma demanda relacionada com um caso de suicídio de uma mulher, mãe solo. Ela não fazia parte do grupo de capoeira Cordão de Ouro do qual partiu a demanda. Como na comunidade todo mundo é parente ou todo mundo se conhece, a demanda estava relacionada com o medo pós-suicídio e a solicitação de uma roda de conversa com o grupo sobre o tema para evitar novos casos, considerando que “a moça que tirou a própria vida tinha trinta e poucos anos, tinha três filhos, morava com a mãe. Assim, foi um choque para todo mundo. Ninguém esperava. Ela era uma pessoa muito alegre, muito divertida, tinha muitas amizades”, como afirma a mestra do grupo de capoeira.

Maria D. contou que a referida mulher estava buscando ajuda espiritual em um terreiro de Jurema Sagrada, mas não seguiu a recomendação da Cabocla Jurema de procurar “os casacas brancas”: médicos ou psiquiatras. Considerando que a psicóloga da eMulti faz apenas atendimento individual a três usuárias(os) em um turno, uma vez por semana na UBS, não me surpreende que pessoas com ideação suicida, muitas vezes, busquem conversar mais com entidades de Umbanda e Jurema Sagrada do que com profissionais da saúde. Tal situação expressa a fragilidade da Raps e a falta de interface entre o cuidado espiritual ofertado nos terreiros e o cuidado médico ofertado na Atenção Básica à Saúde.

Portanto, em Catanduvás, a demanda implícita era de promoção da saúde mental. Antes de iniciarmos a apresentação, no início da oficina, falei de Eliete Calheiros, escritora e poeta, marisqueira e pescadora artesanal do Recôncavo Baiano, que se tornou uma pessoa com deficiência e dependente do uso de uma cadeira de rodas para se locomover, depois que sofreu um acidente de carro. Em um dos poemas que ela me apresentou, ela escreve: “Todo dia a gente perde algo. Mas, há dias que a gente perde muito”.

Me apresentei com esses versos. Ressaltei que quem preferisse, poderia se apresentar dizendo apenas seu nome. Mas quem desejasse, poderia se apresentar e citar uma perda relacionada ao dia em que perdeu muito. No primeiro momento, não era para fazer o conto, era apenas para citar a perda, caso esse dia existisse.

Depois das apresentações, o grupo, por unanimidade, escolheu ouvir o conto completo de um jovem (21 anos) que teve depressão há 7 anos, depois que perdeu uma irmã, que era sua melhor amiga.

Ouvimos a narrativa que ele fez, bastante emocionado.

Depois, iniciamos a rodada na qual quem havia citado um episódio relacionado ao dia em que perdeu muito, agora, poderia responder a uma pergunta. Para tanto, apresentei um verso de Fabrício Carpinejar (2009), do livro *Terceira Sede* (2009). O autor o escreveu “em 2045” como se estivesse com 72 anos. Trata-se do verso: “Passei a vida aprendendo a respeitar o teu espaço. Como povoá-lo após tua partida?”

O dia em que mais Maria H. perdeu foi o dia em que ela perdeu o pai e, a partir deste dia, sua mãe ficou deprimida. Ao responder a pergunta-verso, ela mostra que não só povoou o espaço deixado pelo pai, mas também a “ausência” da saúde mental da mãe. Ela tinha apenas 12 anos e povoou seu mundo de cuidados: cuidava da mãe, cuidava dos irmãos mais novos e até de um irmão mais velho, e cuidava dela mesma.

Maria H., em criança, se tornou responsável pelo chamado trabalho reprodutivo. A concepção deste inclui o cuidado com os outros, gestão da economia doméstica e cuidado com a vida. Silvia Federici (2019) descreve o paradoxo do conceito: na lógica capitalista, o trabalho reprodutivo só produz mão de obra, por isso não deve ser remunerado, pois não é considerado trabalho produtivo. Não obstante, na perspectiva do feminismo comunitário e do feminismo popular (Federici, 2022) que compõem as epistemologias dos povos originários e tradicionais, o trabalho reprodutivo não só é produtivo, como também sustenta a vida e reproduz os modos de existência em torno dos comuns: território-corpo-terra-água. São esses modos de existência e coexistência que resistem em defesa da preservação das ecologias ambiental, social, subjetiva e espiritual/ancestral.

A destituição do poder das mulheres e o agenciamento dos processos de subjetivação segmentados à lógica do sistema moderno-colonial de gênero (Lugones, 2020) também compõem a rede de elementos do colonialismo capitalístico como um dispositivo. Não obstante, coexistem com esse agenciamento, processos de singularização: nas vozes das mulheres marisqueiras e pescadoras artesanais, há uma poética do corpo-território-das-águas que se

anuncia como voz coletiva de resistência à guerra travada pelo colonialismo capitalístico “contra a reprodução das comunidades no mundo inteiro” (Federici, 2024, p. 11). Nesse cenário global, ainda “são as mulheres as protagonistas da resistência aos novos cercamentos, o que lhes custa muito” (Federici, 2024, p. 11).

As mulheres, além de se tornarem responsáveis pelo trabalho reprodutivo do cuidado e da vida, também estão à frente do trabalho produtivo da pesca artesanal. “Segundo dados do Registro Geral da Atividade Pesqueira - SISRGP (MPA, 2023), há 1.035.478 registros de pescadoras/es ativas/os no Brasil, dos quais 507.896 são de mulheres - o que corresponde a 49% do total” (Silva, Susana M., 2025, p. 149).

Maria F., da comunidade pesqueira Vila dos Morenos, conta que, ainda hoje, povoa o espaço deixado pelo tio que se encantou após uma parada cardíaca, há 10 anos. Relata que o tio era bem-humorado e gostava de contar causos e de brincar com as crianças. Então, hoje, ela senta embaixo do tamarineiro no terreiro (espaço comum da Vila) e fala do tio para os três filhos, que eram crianças quando o tio fez sua passagem. Sempre conta os causos engraçados do tio para os filhos, assim, ela e eles riem, e mantêm atualizada sua memória e sua presença na memória, do mesmo modo que as mais velhas e mais velhos contam a história de quando os que vieram antes deles e delas chegaram na mata, e se aquilombaram, onde hoje é a vila.

Como afirma Bárbara Borum-Kren (2023):

a confiança de que o passado que envolve a ancestralidade ainda está vivo e presente no sangue que corre nas veias dos que existem no agora é o principal motivo de saber, enquanto povo, que a ligação entre passado e futuro é a força propulsora do presente (p. 49).

Quando chegou a vez da retomada do conto do jovem que teve depressão há 7 anos, e que ainda hoje sente o luto, ao narrar como ele fez/faz para povoar o espaço deixando pela irmã, ele apontou para a roda: “Tudo que aprendi foi com a capoeira. A capoeira me salvou. Aqui, fiz amizade e até hoje, me sinto acolhido”. Fez-se silêncio! Os olhos de todos e todas brilharam! Um brilho que expressava nossas emoções.

Ele contou que à época em que se deprimiu, foi atendido, na UBS, e acompanhado por uma psicóloga do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família na Atenção Básica - PRMSF (atualmente, não há equipe do PRMSF atuado em Catanduvas. O Programa conta com 6 equipes entre R1 – primeiro ano – e R 2 – segundo ano). Quando ele retornou ao acompanhamento, a psicóloga perguntou se ele conhecia o grupo de capoeira do bairro, coordenado pela mestra Onça, que, por coincidência, era esposa do agente comunitário de saúde

que cobria a área na qual a família dele morava. Ele disse que iria procurar o grupo de capoeira, pois estava sentindo muita solidão. Assim, o fez e está no grupo até hoje.

À época, a psicóloga estava cursando a disciplina Territorialização e Práticas Participativas em Saúde; ministrada por mim. Quando ela compartilhou a situação-problema do adolescente, pedi que ela o indicasse o grupo de capoeira. A psicóloga fez melhor, ela não indicou que ele fizesse capoeira, apenas perguntou se ele conhecia o grupo.

No dia da oficina, sem dúvida, a narrativa dele me surpreendeu. Até então, eu o conhecia das visitas às rodas de capoeira. Mas não sabia que ele era, em 2019, um adolescente de 14 anos com depressão e ideação suicida. Ele não sabia e nem sabe quem apresentou a capoeira como dispositivo de cuidado e atenção psicossocial à saúde mental de base tradicional comunitária.

Stefania Vallado Alves e Flavia Liberman Caldas (2026) propõem uma reflexão crítica sobre a articulação entre arte e saúde mental no cotidiano de um CAPS, ao acompanhar um grupo de capoeira que desenvolveu suas atividades entre 2019 e 2020, em um CAPS AD II, em São Paulo. As autoras concluem que a capoeira contribui para a desinstitucionalização e a valorização de práticas culturais como também é um dispositivo legítimo de atenção em saúde mental.

Cecilia M. F. da Cruz (2024), em sua dissertação de mestrado, também relata sua experiência com oficinas de capoeira realizadas semanalmente com cinco usuários no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS II) em Salvador – BA. Ela conclui então, que a capoeira contribui para ampliar o convívio social e melhorar a imagem corporal.

À semelhança dessas pesquisas, também nesta cartografia, podemos ressaltar e reconhecer elementos marcadores de ancestralidade que compõem a capoeira como um dispositivo e uma prática cultural afroreferenciada: arte, movimento, musicalidade, ginga, mandinga e malícia (Cruz, 2024; Alves, Silva & Liberman, 2024).

Pode a marisqueira falar que é pescadora artesanal?

No Labino e no povoado Canárias (Iha das Canárias), além do luto, mapeamos, também, sofrimento psicológico envolvendo assédio, ameaças, e falta de reconhecimento e tentativas de silenciamento das mulheres, expressões de machismo, misoginia e do racismo socioambiental.

O racismo institucional/estrutural como um dos determinantes socioambientais da saúde mental subjuga as mulheres marisqueiras e pescadoras artesanais “pela síndrome DPE (Discriminação, Preconceito, Estigma)” (Carneiro, 2023, p. 9). Diante dessa situação-problema, para as mulheres da comunidade Labino, o maior desafio segue sendo o reconhecimento.

Maria R. R. narra que sentiu uma profunda tristeza com a discriminação sofrida no Posto de Saúde. Ela conta: “quando foi ao médico, a moça do Posto de Saúde [atendente social] perguntou três vezes se eu era pescadeira”.

Ao afirmar que era “pescadeira”, ela passou pelo mesmo vexame quando foi tirar a identidade, vinculada ao Registro Geral da Pesca (RPG), junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Maria R. R. relata: “Eu quis levantar. Saí entalada. Saí e fui embora para ela [agente do INSS] não dizer que eu estava desacatando ela”.

Nesse contexto, o silenciamento imposto às marisqueiras e pescadoras artesanais nos remete, simbolicamente, à máscara de ferro colocada na face e o ao pino de aço preso à boca de quem sofria tortura e estava submetida à escravidão, como se o silêncio fosse “a única posição razoável a ser assumida por” uma mulher, marisqueira e pescadora artesanal, afrodescendente ou descende de povos indígenas (Hartman, 2021, p. 91).

Durante a perícia do INSS, Maria R. R. deparou-se com a impossibilidade de “falar ou recuperar sua voz”, como diz Grada Kilomba (2019), “e, mesmo que ela tivesse tentado com toda sua força e violência, sua voz ainda não seria escutada ou compreendida pelos que estão no poder” (p. 47).

Na oficina, entre parentes marisqueiras e pescadoras artesanais que compõem o corpo-território-das-águas com o qual Maria R. R. se identifica e comunga pertencimento e reconhecimento, ela recupera sua voz e fala: “Para dizer que era pescadeira não precisava eu chegar lá rasgada”.

A análise dos enunciados dos agentes das instituições da Saúde e da Seguridade Social não dizem nada sobre eles, individualmente. Esses enunciados-analisadores fazem parte do racismo estrutural e expressam os agenciamentos dos processos de subjetivação segmentados à lógica colonial-capitalística. O inconsciente colonial-capitalístico ao negar a existência do outro/da outra pode acionar a culpa, o medo e a vergonha associados ao silêncio e a impossibilidade de erguer a voz em determinadas circunstâncias.

As marisqueiras e pescadoras artesanais não sentem vergonha de sua identidade, tampouco de seu pertencimento, ou seja, de fazer parte de uma comunidade de remanescentes de povos originários e tradicionais. Tal como Maria C., Maria V. também sabe de sua ascendência indígena. Ela relata:

Minha avó era parteira. Minha mãe teve 14 filhos. Tudo na minha casa é do suor da pesca. Eu falo que sou pescadeira porque eu vivi da pesca (...). Minha mãe ia apanhar arroz e eu ia com

meu pai para o Igarapé, pescar com meu pai, na maré cheia. Quando a maré baixava nós aí buscar o peixe. Muita gente tem vergonha. Eu não tenho vergonha de ser pescadeira.

Maria S. teve depressão há 10 anos. Ela fala que sua força está em Deus e em sua família (6 filhos: quatro homens e duas mulheres; e três netos e uma neta). A arte lhe curou da depressão. Ainda hoje, ela faz crochê para cuidar de sua saúde mental. Maria C. C. também se apegou a Deus e a sua filha, depois que teve depressão há 15 anos, consequência de separação e hipotireoidismo.

A depressão das mulheres, às vezes, tem raiz no machismo e na misoginia, herança dos transtornos coloniais-capitalísticos. No caso de uma das professoras presentes na oficina realizada no povoado Canárias, a violência psicológica e a separação lhe deixaram como herança ansiedade e depressão.

Ilha das Canárias

Na Ilha das Canárias, das 15 participantes, 13 mencionaram luto relacionado a perdas por morte, incluindo duas crianças e uma adolescente. Uma das marisqueiras, pescadora artesanal e artesã, durante a apresentação, optou por não citar nada relacionado com o dia em que ela perdeu muito. No final, ela conta que perdeu o pai, há bastante tempo, e que não pôde se despedir.

Neste dia, foi um desafio coordenar a oficina. Eu também estava vivenciando o luto relacionado com a perda de uma marisqueira de Pernambuco que, durante a pandemia, participava das nossas Tendas do Escuta. Dona Ângela, memória viva e guardiã das marés e do território tradicional pesqueiro, havia se encantado há 10 dias.

No início, o tema gerador escolhido, por unanimidade, foi o luto de Maria F., cujo conto envolve episódios de depressão. Quando o pai dela se separou de sua mãe, ele foi morar com ela. Há 3 anos, ele faleceu. Há 3 anos, ela sofre com o luto e relaciona a depressão à morte do pai. Ele tinha linfoma. Assim que recebeu o diagnóstico, a filha que já cuidava do pai, antes dele adoecer, colocou-se, integralmente, ao lado do pai. Parou de pescar e mariscar, dedicou-se, exclusivamente aos cuidados da saúde do pai.

Depois de seu relato e da expressão de emoções provocadas no grupo, iniciamos a rodada na qual ouvimos as respostas à pergunta-verso de Fabrício Carpinejar. À semelhança de outras oficinas, a arte, novamente, emerge como dispositivo de cuidado de si em saúde mental, além do cuidado com as ecologias, mencionado, anteriormente.

Maria R. que se encontrava presente, falou das lembranças de Dona Ângela, de como ela lembrava de sua alegria quando cantava nos encontros da Articulação Nacional das Pescadoras (ANP), e dos áudios alegres que fortaleciam o grupo. Falou de seu processo de luto, relata que foi necessário passar uma semana se acalmando, e que ainda está processando a perda. Declara: “havia uma plantinha, que há tempos lutava com ela, insistindo, até um dia brotou e nasceu a Ângela! ... os nossos gostariam que continuássemos nascendo!”

As respostas das mulheres produziram muitas afetações. Perguntei a Maria F. se ela aceitaria participar de uma cena (psicodrama psicopedagógico) na qual ela pudesse imaginar que estava falando com seu pai. Ela aceitou. Pedi que ela escolhesse alguém para representá-lo. Ela escolheu a psicóloga que faz parte da ANP e é da comunidade tradicional pesqueira da Pedra do Sal. Ficaram uma de frente para outra, sentadas nas cadeiras escolares.

Pedi que fechassem os olhos, pois o pai da marisqueira não está mais neste plano.

Então, pedi que a filha fizesse uma pergunta ao pai. Ela perguntou:

– Por que você me abandonou?

A pergunta surpreendeu todo mundo. A psicóloga ficou em silêncio. Eu cochichei uma possível resposta ao seu ouvido. Falando em nome do pai pescador, ela respondeu:

– Não fui eu quem lhe abandonou. Foi a vida que me deixou.

Perguntei se ela queria fazer mais alguma pergunta. Ela disse que estava satisfeita.

De volta à roda e à oficina, pedi a Maria F. que também respondesse à pergunta-verso: “Passei a vida aprendendo a respeitar o teu espaço. Como povoá-lo após tua partida?”

Ela disse: “só se eu voltar a fazer o que gostava de fazer antes de meu pai adoecer, quando me sentia só: ir à igreja, sair para passear, me divertir, visitar as casas das amigas, ir à praia com a família”.

Acrescentei mais uma pergunta: se seu pai estivesse vivo, como ele gostaria de lhe ver? Ela respondeu, sorrindo: “alegre, feliz, amando, me divertindo”.

Na oficina, estavam presentes uma adolescente de 13 anos que havia perdido a madrinha e duas crianças: uma de 11 anos, filha de uma das marisqueiras, que havia perdido a avó há 6 anos, e a outra criança de 11 anos, filha de outra marisqueira que havia perdido o pai há 10 anos, quando a filha tinha apenas um ano de idade.

Ficou evidente, durante a oficina, a necessidade que uma das mães apresentava de falar pela filha. Esta ficou em silêncio, quase o tempo todo. Ao final, a mãe falou que a filha é uma artista e gosta de desenhar monstros. Então, a filha ergueu a voz e disse que seus desenhos são

máscaras que simbolizam sensações e sentimentos: luto, nostalgia, angústia, tristeza, mal-estar, dor, insônia, medo, ansiedade, fobia.

Durante a oficina, não foi só o manejo psicopedagógico clínico que foi contendo a ansiedade da mãe. Sem dúvida, a própria dinâmica do processo grupal e o devir comum grupalidade em torno do luto podem ter contribuído para que o tema assédio não viesse à tona, apenas fosse lido pela via do não dito. Pois, a demanda implícita (que só identifiquei, no decorrer da oficina) estava relacionada com assédio que uma criança/adolescente havia sofrido na escola. O professor foi expulso depois da denúncia feita à coordenação; já era a segunda vez que ele era expulso de escolas pelo mesmo motivo.

Havíamos iniciado a oficina, dançando uma ciranda e com uma ciranda de apresentação. Antes de encerrar o encontro com um abraço coletivo, ainda fiz um pedido, o qual a artista prometeu que iria atender. Pedi que ela presentearia Maria F. com desenhos que simbolizassem sensações e sentimentos relacionados com as repostas dela: diversão, alegria, amor e felicidade.

Considerações finais: a retomada

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), a população de Ilha Grande do Piauí é de 9.274 habitantes, a de Araioses é, aproximadamente, de 46 mil habitantes, e a de Parnaíba é estimada em 162.159 habitantes.

Parnaíba – PI, no âmbito socioassistencial, conta com sete Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), um Centro Especializado da Assistência Social (CREAS), uma Casa de Conselhos (Conselho Tutelar, Conselho do Idoso e Conselho da Mulher), um Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP). No que se refere à atenção psicossocial à saúde mental de pessoas com sofrimento psicológico decorrente ou não do uso de álcool, crack ou outras drogas, o município conta com um CAPS II e um CAPS ad III, e quarenta e três Unidades Básicas de Saúde.

Em Araioses – MA, onde está localizada a Ilha das Canárias, tem um CAPS I, um CRAS e um CREAS. Na Ilha Grande do Piauí tem um CRAS; não tem CREAS, tampouco CAPS, mas a demanda, teoricamente, pode ser atendida em Parnaíba-PI.

A atenção psicossocial instituída fica restrita aos serviços ofertados pelo CAPS, equipamento comunitário de base territorial. Portanto, a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) como tal é falha, pois a relação entre matriciamento e projeto terapêutico singular é, praticamente inexistente, considerando a falta de condições dos trabalhadores e trabalhadoras

da saúde mental em oferecer assistência e suporte técnico-pedagógico às equipes de referência nas Unidades Básicas de Saúde.

A referência é limitada a encaminhamentos da Atenção Básica ao CAPS. O “projeto terapêutico” fica reduzido ao acolhimento e à participação em algum dos grupos coordenado por um profissional de referência no CAPS. Este, pela alta demanda, fica cada vez mais distante da concepção de um serviço comunitário de saúde mental de base territorial.

Como se não bastassem a ausência de Centros de Convivência e Cultura, nos referidos municípios, dada a precarização das condições de trabalho no CAPS com contratação temporária de profissionais e equipe, geralmente, incompleta, não há interface, articulação, tampouco reconhecimento de outros espaços comunitários que compõem a rede de apoio de usuários e usuárias e que corroboram com a promoção da saúde mental da população, fora dos muros dos equipamentos instituídos pela RAPS.

Nos contextos das comunidades tradicionais pesqueiras cartografadas, localizadas, geograficamente, longe dos CAPS, e, literalmente, fora dos equipamentos da RAPS, há uma rede de cuidados coletivos, tecida com fios da arte afropindorâmica e elementos marcadores de ancestralidade que, também, compõem a determinação socioambiental da saúde mental de base tradicional comunitária.

Aprendi com Dona Didi, guardiã de um território-corpo-plantas-medicinais, em Catanduvas, que a prática relacionada com um devir planta inclui deixar os brotos de mudas encantando, ir cuidando e conversando com eles até ser planta e mudar a planta de suporte. Também aprendi com as crianças, adolescentes, as marisqueiras e pescadoras artesanais, participantes desta cartografia, que o cuidado comunitário em um território tradicional pesqueiro é ecosófico e ancestral.

O documentário *Parnahyba Indígena: de Mandu Ladino a Pedro Militão* (2024), do renomado fotógrafo, cineasta e diretor Chico Rasta, conta a história dos povos originários e tradicionais a partir do olhar indígena e de quando Parnahyba, escrita com “hy”, era um território do povo Tremembé, do qual faziam parte os atuais municípios de Ilha Grande do Piauí, Luís Correia e Parnaíba. As comunidades pesqueiras da Vila dos Morenos, da Pedra do Sal e do Labino (nome que tem como referência o líder e guerreiro indígena Mandu Ladino) fazem parte dessa história.

Ilha das Canárias (Canárias, Caiçara, Torto, Passarinho e Morro do Meio) está localizada em Araisos – MA, município cuja origem nos remete a história de um grupo étnico

que se autodenominava Araiós, também pertencente aos Tremembés, indígenas que ocupavam o litoral entre Ceará, Piauí e Maranhão (Rocha & Conceição, 2023).

As mulheres das comunidades pesqueiras da Pedra do Sal, do Labino, da Vila dos Morenos e da Ilha das Canárias, tais como as indígenas mulheres pescadoras artesanais do povo Tremembé, têm fortes vínculos com a terra e com o mar: são corpo-território-das-águas. Além das habilidades da mariscagem, da arte e dos artefatos da pesca artesanal, do artesanato e da agricultura familiar, essas mulheres marisqueiras e pescadoras artesanais também aprenderam com a ciência da vida e o saber das que vieram antes delas. Elas sabem, saber de memória das águas, que podem cuidar das ecologias ambiental, social, subjetiva e espiritual/ancestral.

A cartografia dos processos de subjetivação e enunciação de cuidados à saúde mental de base tradicional comunitária mostrou que uma possível saída para aprender a conviver com o luto e ir superando o medo e a ideação suicida está na atenção psicossocial de base tradicional comunitária. Tal estudo contribui para a importância da interface entre o cuidado ofertado pelos serviços e o reconhecimento de que o coletivo que se institui fora dos equipamentos da Raps amplia a potência de vida e de ação a partir dos encontros, do envolvimento e da participação da comunidade nos festejos, nas celebrações, no cuidado ecosófico e nas experiências, como ocorre com o grupo de capoeira e o tradicional bumba-meu-boi.

Não obstante, metodologicamente, a pesquisa-intervenção encontra seus limites em um contexto no qual não há equipamentos suficientes da Raps e as demandas das comunidades tradicionais pesqueiras não encontram ressonâncias nos serviços ofertados, seja pela precarização do trabalho de profissionais, seja pela falta de implementação das políticas de saúde mental de base territorial comunitária a partir da análise institucional, da gestão, do trabalho e da educação permanente em saúde mental.

Referências

- Félix-Silva, A. V., Oliveira, M. M. S., Lopes, G. de C., & Masullo, A. S. da C. (2024). Ecofeminismo ecosófico: cartografias do corpo-território na pesca artesanal. *ACENO - Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 11(27), 315-332. <https://www.periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/aceno/article/view/16261/14388>
- Félix-Silva, A. V., Gomes, C. B. S., Severo, A. K. S., & Amorin, A. K. M. A. (2025). Implicações psicossociais da Covid-19 em comunidades tradicionais pesqueiras: a luta das mulheres pescadoras artesanais do Brasil. *Interface (Botucatu)*, 29, 1-16. e240519 <https://doi.org/10.1590/interface.240519>

Alves, S. V., & Caldas, F. L., (2026). Capoeira como dispositivo de cuidado em um caps ad: expressões afroreferenciada no campo da saúde mental. *Tercio Crescente*, 29(29), 59-75. <https://dx.doi.org/10.17561/rtc.29.9708>

Alves, S. V., Silva, C. R., & Liberman, F. (2024). Reinventando a roda: Capoeira como dispositivo de cuidado em um Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas. *Saúde e Sociedade*, 33(2), e230653pt, 2024. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902024230653pt>.

Bedinelli, T. (2022). “Por que os garimpeiros comem as vaginas das mulheres Yanomami?”. In *Sumaúma: Jornalismo do Centro do Mundo*. Edição de Eliane Brum. Altamira, 13 set. 2022. Recuperado de: <https://sumauma.com/por-que-os-garimpeiros-comem-as-vaginas-das-mulheres-yanomami/>

Bento, B. (2024). *Abjeção: a construção histórica do racismo*. São Paulo: Editora Bregantini.

Borum-Kren, Bárbara N, F. (2023). O que os feminismos e o ambientalismo podem aprender com as lutas de indígenas mulheres e o Bem Viver? In Kayapó, A. N. K. L., Lima-Payayá, J. S., & Schubert-Tupinambá, A. M. P. (Orgs.). *Wayrakuna: polinizando a vida e semeando o bem viver* (pp. 48- 72). [livro eletrônico]. Ponta Grossa: uepg/proex. Recuperado de: <https://www2.uepg.br/ppgel/wp-content/uploads/sites/68/2023/08/Wayrakuna-%E2%80%93-Ebook-1.pdf>

Brasil. 2020. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Presidência da República. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Carneiro, S. (2023). *Dispositivo da racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser*. Rio de Janeiro: Zahar.

Carpinejar, F. (2009). *Terceira sede: eligias*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Cruz, C. M. F. (2024). *O corpo na capoeira e sua contribuição no processo de identidade cultural na saúde mental dos usuários no centro de atenção psicossocial (CAPS II) – Salvador-BA* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Sergipe, Sergipe. Recuperado de: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/20713>

Deleuze, G., & Guattari, F. (2012). *Mil platôs: Capitalismo e esquizofrenia* (Vol. 4, 2a ed.). Rio de Janeiro, RJ: 34.

Deleuze, G. (2016). O que é um dispositivo? In Deleuze, G. *Dois regimes de loucos: textos e entrevistas (1975-1975)* (pp. 359-369). São Paulo: Editora 34.

Faria, R. M. (2019). A territorialização da atenção básica à saúde do sistema único de saúde do Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 25(11), 17225. <https://doi.org/10.1590/1413-812320202511.30662018>

Federici, S. (2019). *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Editora Elefante.

Federici, S. (2022). *Reencantando o munod: feminismo e a política dos comum*. São Paulo: Editora Elefante.

Federici, S. (2024). Prefácio. In Paim, E. S., & Furtado, F. P. (Orgs.). *Mulheres em defesa do território-corpo-terra-águas* (pp. 912). São Paulo: Editora Funilaria.

Glissant, E. (2021). *Poética da relação*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.

Gomes, L. (2019). *Escravidão: do primeiro leilão de cativos até a morte de Zumbi dos Palmares*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Globo Livros.

Guattari, F. (2012a). *Caosmose: Um novo paradigma estético*. (2a ed.) São Paulo: Editora 34.

Guattari, F. (2012b). *As três ecologias*. (13a ed.). São Paulo: Papyrus.

Guattari, F., & Rolnik, S. (2010). *Micropolítica: Cartografias do desejo* (10a ed.). São Paulo: Vozes.

Hartman, S. (2021). *Perder a mãe: uma jornada pela rota da escravidão*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.

Nyn, J. (2021). O teatro como contracolonyzação Tupy-guarany Nhandewa. In *Teatro e os povos indígenas: janelas abertas para a possibilidade* (pp. 25-35). São Paulo: Outra Imagem/n-1 edições.

Kastrup, V., & Passos, E. (2014). Cartografar é traçar um plano comum. In Passos, E., Kastrup, V., & Tedesco, S. (Orgs.). *Pistas do método da cartografia: a experiência da pesquisa e o plano comum* – Volume 2 (pp. 15-41). Porto Alegre: Sulina.

Kilomba, G. (2019). *Memória da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó.

Kopénawa, D., & Alberte, B. (2019). *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. Editora Companhia das Letras.

Krenak, A. (2022). *Futuro Ancestral*. São Paulo: Companhia das Letras.

Lei n. 10.216, de 6 de abril de 2001. (2001). Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas com transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Brasília: Presidência da República. Recuperado de: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm

Longhini, G. D. N. (2021). Da cor da terra: etnocídio e resistência indígena. *Revista Tecnologia & Cultura*. Ed. Esp (pp. 65-73). Rio de Janeiro: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca.

Lugones, M. (2020). Colonialidade e Gênero. In Hollanda, H. B. (Org.). *Pensamento Feminista hoje: perspectivas decoloniais* (pp. 53-83). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.

Maia, A. C. (2024). *Representações sociais de saúde mental, trabalho e percepção de pescadoras e aquicultoras* (Dissertação de Mestrado). Universidade Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção.

Melo, O. F. (Org.). (2025). *Conflitos socioambientais e violações de direitos humanos em comunidade tradicionais pesqueiras no Brasil: Relatório 2024*. Olinda: Conselho Pastoral dos Pescadores e Pescadoras.

Millã M. (2025). *Terricídio: sabedoria ancestral para um mundo alternativo*. São Paulo: Editora Mandaçaia.

Novaes, B. (2016). *Mulheres das Águas*. Fiocruz Vídeo. Rio de Janeiro: UFRJ/Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde. Recuperado de: <https://www.youtube.com/watch?v=P62sFlw7K8&feature=youtu.be>

Ortega F, & Behague, D. P. (2020). O que a medicina social latino-americana pode contribuir para os debates globais sobre as políticas da Covid-19: lições do Brasil. *Physis*, 30(2), 1-13. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312020300205>

Paim, E. S., Furtado, F. P., & Jahnel, M. (2024). Corpos em resistência: lutas e saberes na defesa do território-corpo-terra-águas. In: Elisângela S. Paim e Fabrina P. Furtado (organizadoras). *Mulheres em defesa do território-corpo-terra-águas* (pp. 109-124). São Paulo: Editora Funilaria.

Pontes, E. (2021). *Teatro e os povos indígenas: janelas abertas para a possibilidade. O que fazer após o fim? Recriar-se*. São Paulo: n-1 Edições.

Rocha, C. R. (2024). A carcinicultura nos tirou do mangue, o parque eólico nos tirou da duna. Entrevista com Cleomar Ribeiro da Rocha. In: Elisângela S. Paim e Fabrina P. Furtado (organizadoras). *Mulheres em defesa do território-corpo-terra-águas* (pp. 109-124). São Paulo: Editora Funilaria.

Rocha, M. C. P. Dinâmicas simbólicas do festejo de Nossa Senhora da Conceição em Araiões – MA. (Trabalho de Conclusão do Curso) Curso de Licenciatura Ciências Humanas/Sociologia. São Bernardo - MA: Universidade Federal do Maranhão.

Santos, A. B./Nêgo Bispo. (2023). *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu/Piseagram.

Sarr, F. (2019). *Afrotopia*. São Paulo: n-1 edições.

Schubert, A. M. P., Kayapo, A. N. L., & Ulrich, C. B. (2021). Mulheres indígenas - indígenas mulheres: Corpos territórios-devastados-interditados. *Revista do arquivo público do estado do Espírito Santo*, 4(7), 67-80. <https://periodicos.ufes.br/revapees/article/view/33965>

Schwarcz, L. M., & Starling, H. M. (2015). *Brasil: Uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras.

Segato, R. (2021). Gênero e colonialidade: do patriarcado comunitário de baixa intensidade ao patriarcado colonial-moderno de alta intensidade. In Segato, R. (Org.). *Crítica da colonialidade*

em oito ensaios: e uma antropologia por demanda (pp. 85-120). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.

Silva, A. G./Patativa do Assaré (1988). *Ispinho e Fulô*. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará.

Silva, S. M. (2025). Mulheres, pesca artesanal e natureza: a divisão sexual do trabalho, os conflitos territoriais e a luta por direitos. In Melo, O. F. (Org.). *Conflitos socioambientais e violações de direitos humanos em comunidade tradicionais pesqueiras no Brasil: Relatório 2024* (pp. 149-155). Olinda: Conselho Pastoral dos Pescadores e Pescadoras.

Xakriabá, C. (2023). Amansar o giz. In Carnevalli, F., Regaldo, F., Lobat, P., Marquez, R., Cançado, W. (Orgs.). *Terra: antologia afro-indígena* (pp. 319-330). São Paulo/Belo Horizonte: Ubu.

Yasui, S. (2026). *A Política de Saúde Mental no Brasil: Avanços, Impasses e Desafios em Contexto de Retrocessos Democráticos*. In: Magda Dimenstein, M., & Simoni, A. C. R. (Orgs.). *Cuidados Culturais, Saúde Mental e Atenção Psicossocial*. Porto Alegre: Editora Rede Unida.

ⁱ Para os povos originários Pindorama (do tupi: "pindó-rama" ou "pindó-retama") não significava Terra do pau brasil, mas Terra das Palmeiras, como ressalta Sérgio Rodrigues em um texto intitulado: *Tupi ou grego? 'Pindorama' tem parentesco com 'panorama'?*, publicado em 17 de agosto de 2015 (<https://veja.abril.com.br/coluna/sobre-palavras/tupi-ou-grego-pindorama-tem-parentesco-com-panorama/>).

ⁱⁱ De acordo com João Nyn (2021), "Abya Yala, na língua do povo Kuna, sygnifyca 'Terra madura', 'Terra vyva' ou 'Terra em florescimento'. É como os movimentos yndígenas contemporâneos desse continente a têm chamado, desde 1990, a partir do Prymeyro Encontro Continental de Povos Yndígenas de Abya Yala em Quito, no Equador" (João Nyn, 2021, p. 26).

ⁱⁱⁱ Afropindorâmico, tal como concebe Antonio Bispo dos Santos/Nêgo Bispo (2023), refere-se aos modos de existência territorializados e circulares, nos quais podemos perceber a confluência de experiências e saberes de diversos povos originários de África e das Américas.

^{iv} No texto, denomino os prenomes das mulheres de Maria, acrescidos de uma inicial de sobrenome aleatório.

Informações do Artigo / Article Information

Recebido em: 29/04/2026
Aprovado em: 12/06/2026
Publicado em: 11/07/2026

Received on April 29th, 2026
Accepted on June 12th, 2026
Published on July, 11th, 2026

Contribuições no Artigo: Os(as) autores(as) foram os(as) responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

Author Contributions: The author was responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

Conflitos de Interesse: Os(as) autores(as) declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

Conflict of Interest: None reported.

Avaliação do artigo

Artigo avaliado por pares.

Article Peer Review

Double review.

Agência de Fomento

Não tem.

Funding

No funding.

Como citar este artigo / How to cite this article

APA

Félix-Silva, A. V. (2026). Saúde mental comunitária em território tradicional pesqueiro. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 11, e20619.

ABNT

FÉLIX-SILVA, A. V. Saúde mental comunitária em território tradicional pesqueiro. **Rev. Bras. Educ. Camp.**, Tocantinópolis, v. 11, e20619, 2026.